



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

LEI Nº 2.210/2014, de 16 de Setembro de 2014.

ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS
1.024/93 E 2.072/2013, QUE TRATAM DA
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO
MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE
CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA**, faz saber que a Câmara Municipal
aprovou e eu sanciono a presente Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º- Esta lei destina-se a renomear e a reorganizar Secretarias do Município, modificando disposições da Lei Orgânica Básica do Município – LEOB, Lei de nº 1.024/93, e Lei de nº 2.072/2013, além de permitir que o chefe do Poder Executivo proceda a adequação do quadro de cargos e funções de confiança atualmente existentes no município de Cajazeiras às novas necessidades organizacionais da edilidade, sem aumento de despesas e a prover cargos e funções de confiança decorrentes de convênios ou programas especiais onde o município atue.

Art. 2º- A Secretaria Municipal da Cidadania e Promoção Social passa a ser denominada de **Secretaria Municipal para o Desenvolvimento Humano (SMDH)**, sem alterações em sua estrutura.

Art. 3º- A Secretaria Municipal de Administração é a responsável pela coordenação das ações de licitação, cabendo-lhe a condução dos procedimentos licitatórios de todas as secretarias, salvo daquelas que possuam comissões próprias para tal fim.

Art. 4º- A Secretaria Municipal de Controle Interno passa a ser denominada de **Secretaria Municipal de Controle Social (SMCS)**, alterando a sua estrutura organizacional e competência funcional, conforme o disposto nesta lei.

Art. 5º- Cabe à Secretaria Municipal de Controle Social – SMCS a coordenação das ações de controle interno, ouvidoria e transparência pública.



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

Art. 6º- A Secretaria Municipal de Controle Social – SMCS contará com o apoio da seguinte estrutura organizacional, além de cargos que lhe forem destinados dentre os do quadro de servidores efetivos:

I- **Uma Secretaria**, ocupada pelo Secretário Municipal do Controle Social, responsável por este órgão, função de símbolo CCS1;

II- **Uma Controladoria**, ocupada pelo Controlador Geral, responsável pelas atividades previstas para a então denominada Secretaria Municipal do Controle Interno (SMCI), nos termos da Lei no 2.072/2013, função de símbolo ATE;

III- **Uma Ouvidoria**, ocupada pelo Ouvidor Geral, responsável pelas atividades previstas para o Ouvidor Municipal, função de símbolo ATE;

IV- **Uma Coordenadoria de Transparência**, ocupada pelo Coordenador Geral da Transparência, responsável pelas ações de transparência pública, função de símbolo ATE;

V- **Uma Central de Serviço de Informação ao Cidadão - SIC**, ocupada pelo Gestor do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, responsável pelas atividades de transparência passiva, função de símbolo CCS2;

VI- **Uma Central de Serviço de Informação virtual ao Cidadão – E-SIC**, ocupada pelo Gestor do Portal da Transparência, responsável pela atualização da página na internet, função de símbolo CCS2;

VII- **Dois Auditores**, na condição de Assistentes Técnicos Especiais – ATE;

VIII- **Dois Auxiliares de Auditoria**, na condição de Assistente Técnico 1 – AT 1;

IX- **Duas Unidades de Apoio Administrativo** – UAA.

Parágrafo Único. Os cargos destinados à SMCS serão indicados por Portaria do Poder Executivo dentre os já existentes no atual quadro de cargos comissionados do município.

Art. 7º- O Secretário, da Secretaria Municipal de Controle Social – SMCS, será o representante legal do órgão, cabendo-lhe conduzir a elaboração do plano de trabalho da Secretaria, o que fará com a colaboração de todos, além da coordenação e supervisão das atividades.

Art. 8º- O Controlador Geral fica responsável pelas funções que eram previstas na legislação municipal para o cargo de Secretário Municipal do Controle Interno, inclusive, a assinatura em conjunto com as demais autoridades responsáveis pelos relatórios de gestão fiscal e prestações de contas, quando for o caso.



ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

Art. 9º - O Ouvidor Geral fica responsável pelas funções previstas na legislação municipal para o Ouvidor do município, cabendo-lhe a articulação com as ouvidorias existentes nas demais Secretarias ou Órgãos do Município.

Art. 10 - O Coordenador Geral da Transparência Pública do Município fica responsável pela coordenação da comissão de transparência municipal, cabendo-lhe o comando das ações de informação e transparência dos atos de gestão.

Art. 11 - O Gestor do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC fica responsável pelas atividades de transparência passiva, cabendo-lhe velar pelo pronto atendimento dos pedidos de informação formulados pelos cidadãos.

Art. 12 - O Gestor do Portal da Transparência fica responsável pela atualização da página da Prefeitura Municipal de Cajazeiras, na internet, referente às informações determinadas pela Lei de Acesso à Informação e suas normas complementares, bem assim, pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 13 - É de responsabilidade de cada Secretário ou autoridade dirigente de órgãos municipais o fornecimento, junto ao Gestor do Portal da Transparência, dos dados e informações determinados pela Lei de Acesso à Informação, podendo designar servidor para o cumprimento dessa tarefa.

Art. 14 - É de responsabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda Pública e da Secretaria da Administração o fornecimento, junto ao Gestor do Portal da Transparência, dos dados e informações determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, podendo os Secretários designar servidores para o cumprimento dessa tarefa, como seus auxiliares diretos.

Art. 15 - Os auditores, os auxiliares de auditoria e as unidades de apoio administrativo continuam com as atribuições previstas na Lei Municipal de nº 2.072/2013.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante Portaria, relocar, entre os Órgãos ou Secretarias, os Cargos em Comissão ou Funções de Confiança existente no quadro municipal, bem assim, dar novas denominações a esses cargos ou funções, mantendo, contudo, os valores das remunerações que não poderão ser alterados sem prévia autorização legislativa.

Art. 17 - Poderão ser indicados para responder, provisoriamente, pelos cargos ou funções previstas no art. 6º, II a VI, servidores municipais nomeados para outros cargos ou funções, o que se fará por Portaria do Poder Executivo.

Art. 18 - Quando se tratar de programas especiais, custeados com recursos externos e destinação específica para pagamento de cargos em




ESTADO DA PARAÍBA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRAS

comissão ou funções gratificadas, com valores de remuneração fixados pelo órgão financiador, a exemplo de SAMU e CRAS, fica o Poder Executivo autorizado a provê-los, mediante Portaria.

Art. 19 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS, ESTADO DA PARAÍBA em, 16 de Setembro de 2014.


FRANCISCA DENISE ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA
Prefeita Constitucional